

## ANAIS DA 65ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC – RECIFE, PE – JULHO/2013

Atividade: Mesa-Redonda (MR-02)

Título: OS POVOS INDÍGENAS E AS DEMANDAS POLÍTICAS NO BRASIL ATUAL

Instituição Proponente: ABA

Coordenador: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)

RESUMO: KELLY EMANUELLY DE OLIVEIRA

A mobilização dos povos indígenas em busca de melhores condições de vida e de uma inserção mais ativa nas políticas públicas específicas tem fortalecido um personagem importante no processo de organização dessas comunidades: o Movimento Indígena. Definido como um processo mobilizatório envolvendo indígenas, Estado e diversas instâncias da sociedade civil (a exemplo de ONGs, igrejas, universidades, entidades de classe, agências humanitárias internacionais, etc.), o Movimento Indígena surge como um elemento flagrante para entender um novo período da política indigenista nacional, no qual os indígenas aparecem como interlocutores na construção de suas demandas e defesa de seus direitos.

Apesar de cada vez mais evidente, parece ainda pouco explorado o campo de observação que privilegia o exercício das lideranças indígenas em meio à arena política em suas diversas esferas, desde as relações dentro do povo até aquelas com agentes governamentais e não governamentais, passando pelos mais diversos processos de contato, seja com a sociedade não indígena, seja com outros povos de estados ou regiões do Brasil. Da mesma forma, outra lacuna está justamente no olhar mais próximo sobre estas mesmas lideranças, suas formações, seus modos de legitimação, desafios e problemas, desde aqueles ligados ao trabalho no movimento em si até as contradições pessoais por que passam, sendo por vezes obrigados a deixar amigos e família para se dedicarem ao fazer político. Nesta apresentação, vamos abordar alguns dos desafios presentes na observação do movimento indígena a partir da minha tese de doutorado Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da Apoinme, defendida em julho de 2010.

Criado na década de 1970, o Movimento Indígena Brasileiro é resultado de uma mobilização envolvendo ONGs, Igreja Católica, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), universidades e povos, que foram mobilizados inicialmente pelas Assembleias Indígenas ainda no período da ditadura. Essas assembleias, reunindo uma ou mais comunidades indígenas, representavam espaços privilegiados para discutir assuntos relativos à realidade social desses grupos étnicos, que trocavam experiências de sobrevivência e montavam pautas coletivas com suas demandas fundamentais. Nesse período, surgiram as “lideranças indígenas”, índios participantes das assembleias que passaram a atuar como intermediários entre seus povos e os agentes governamentais e não governamentais envolvidos no diálogo por melhores condições de vida. Sua atuação era fundamentalmente política, na tradução entre as demandas de seus grupos e as possibilidades de ação entre os agentes não indígenas.

Com a Constituição Federal de 1988, os indígenas, que já vinham se organizando através das assembleias e de algumas reuniões clandestinas, conseguiram garantir uma série de direitos, a exemplo da terra, do reconhecimento da identidade étnica diferenciada, respeito a suas tradições, religiões e cultura. Dentre as conquistas, estava ainda o direito a “ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (Constituição Federal Brasileira, 1988; artigo 232). Com isso, fortaleceram-se as demandas pelo estabelecimento de organizações indígenas regularizadas, que trabalhavam em duas frentes: em prol da capacitação e atuação política de lideranças indígenas e pela captação de recursos para projetos em diversas áreas sociais (a exemplo de educação, saúde, etnodesenvolvimento, luta pela terra, etc.).

Desse período até os dias atuais, as associações e organizações indígenas se proliferaram cada vez mais rápido. Voltadas ao estabelecimento de uma relação oficial de diálogo com a sociedade não indígena, essas entidades vêm conseguindo captar recursos para projetos em diversas áreas e se impor na formulação e efetivação de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas do país.

Por outro lado, as lideranças indígenas, que inicialmente tinham um papel de mediadoras políticas entre seus povos e a sociedade não indígena, ampliaram suas funções, tendo hoje uma demanda cada vez mais intensa, não só para divulgar as necessidades de suas comunidades, mas negociar políticas e projetos em áreas específicas (a exemplo de saúde, educação, etnodesenvolvimento, meio-ambiente), inserindo-os na lógica de exigências formais dos projetos, relatórios e prestações de contas do Estado, de ONGs e agências humanitárias internacionais. Essas demandas têm direcionado um determinado perfil de liderança para estar à frente desses processos burocráticos, resultando em uma busca cada vez maior pela capacitação por meio de cursos específicos e estímulo à busca por um nível mais alto de educação formal.

O nível de instrução formal é um elemento de destaque na escolha de lideranças, mas não se torna o item de exclusão ou inclusão, já que são feitas levando em consideração a capacidade de mobilização da comunidade, as relações políticas dentro e fora do povo e até mesmo a disponibilidade para a atuação enquanto liderança política. A observação desses elementos nos auxilia a compreender o papel dessas pessoas no Movimento Indígena no país e a importância desses personagens no fortalecimento de um processo de alteridade dos povos frente às agências governamentais e não governamentais.

Os povos foram inicialmente mobilizados através da mediação de ONGs e de entidades civis, a exemplo do Cimi, que tiveram um papel fundamental atuando não só no fomento ao diálogo entre lideranças, como também na produção de projetos, na captação de recursos para o Movimento Indígena e na mediação dos debates com o Estado. Com o passar dos anos, no entanto, essas relações vêm sendo revistas, nem sempre de forma pacífica, no sentido de fortalecer a relação direta entre indígenas e Estado ou agências de fomento a projetos sociais, diminuindo, dessa forma, a força de atuação dos chamados “aliados indígenas”, cada vez mais apontados como “assessores” e não mais como “protagonistas” na história da política

indigenista.

## **O Movimento Indígena no Nordeste**

No Nordeste, o fortalecimento da mobilização étnica teve seu início quase uma década depois das primeiras assembleias. O Nordeste aparece tendo sua primeira assembleia apenas em outubro de 1979, na Ilha de São Pedro, no território do povo Xokó (SE). Dessa assembleia, participaram 16 povos, sendo apenas seis do Nordeste e dez de regiões do Norte a Sul do país, incluindo lideranças experientes, a exemplo do povo Xavante. Esse início de mobilização foi estudado por Maria Matos, em 1997, na dissertação intitulada O Processo de Criação e Consolidação do Movimento Pan-Indígena no Brasil.

Os povos do Nordeste passaram a atuar mais intensamente no Movimento Indígena através da Comissão Leste-Nordeste, fundada em 1992. Com o caráter de mobilização política voltada fundamentalmente à reivindicação por terra, essa comissão foi oficializada três anos depois como Apoinme. Assim, a perspectiva de reuniões pontuais de lideranças, que trocavam experiências de luta, foi sendo transformada em uma organização estruturada em microrregiões em cada estado, com sede própria e inserção nas principais cadeiras dos organismos estatais de confecção de políticas indigenistas em diversas áreas.

Obviamente, percebemos um número bem mais amplo de organizações indígenas nessa região. No entanto, a observação da Apoinme, como entidade de representação regional, nos auxilia a compreender como o Nordeste vem se inserindo no debate do Movimento Indígena brasileiro. Direcionada fundamentalmente ao diálogo sobre políticas étnicas e na capacitação de lideranças, a Apoinme nasce e se desenvolve equilibrando a autonomia de cada povo com a necessidade de estabelecimento de demandas gerais para os grupos étnicos abrangidos pela articulação.

Percebemos, no Nordeste, uma heterogeneidade de relações, alianças e agentes sociais que, por vezes, dificulta a compreensão sobre as estratégias de construção de um projeto político para os povos dessa região. Em análise sobre alguns estados de abrangência da Apoinme, observamos que, apesar de se apresentar como uma única organização, a articulação se reproduz de forma diferenciada em cada microrregião. Ela se adequa à realidade da política indigenista local e aproveita os espaços de interlocução para estabelecer suas bases de diálogo e reprodução de ideias. Temos em Pernambuco, por exemplo, um diálogo mediado fortemente pela relação de aliança com ONGs e de oposição ao órgão indigenista oficial. Essa realidade se inverte na Paraíba, onde os indígenas estabelecem relações mais próximas com o Governo e universidades e têm menor apoio de ONGs.

Analisando as formas diversificadas como a Apoinme se reproduz em cada microrregião, superamos a visão globalizante de atores coletivos. Vemos que tanto o Movimento Indígena quanto as organizações envolvidas não se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída à primeira vista, devendo ser compreendidos enquanto redes complexas de relações entre níveis e significados diferenciados da ação social, como aponta Alberto Melucci no livro A

Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas, de 2001. Percebemos que a variação desses modos de ação política indigenista só pode ser compreendida dentro do contexto histórico, político e social de cada região. São alianças construídas de forma temporal, que variam diante de novas demandas que surgem.

Verificamos que a Apoinme vem tentando navegar entre os mundos da representação política formal e da representação étnica, de forma a equacionar as dificuldades de interlocução das duas instâncias. Para isso, se adequa às demandas crescentes pela capacitação de suas lideranças, não só em relação a políticas indigenistas nacionais, como também se insere no debate internacional, motivada pela proposta de participação no mercado de projetos das agências humanitárias. A atuação da Apoinme é explicada por Bruce Albert no texto *Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira*, de 2000. Essas agências, junto com as propostas de parcerias estatais e a necessidade de ampliação das organizações, têm demandado um maior interesse pelo conhecimento de estratégias de administração e gestão operacional das entidades, que saem da informalidade e vão, progressivamente, se apropriando das estruturas organizacionais não indígenas, com secretarias específicas e instâncias decisórias hierarquizadas.

A complexificação da estrutura organizacional da Apoinme traz, de forma cada vez mais clara, a necessidade que os movimentos indígenas e sociais têm hoje de representar, através de organizações políticas, interesses que se assumem como relativamente estáveis, com uma base étnica definida. Surgindo como uma mobilização social informal de povos, o Movimento Indígena descobre a necessidade de formas de representação que possam manter uma perspectiva de agregação mais efetiva de suas “bases”, de busca de objetivos a médio e longo prazo e de inserção direta nas instâncias decisórias da política indigenista nacional.

Esse processo de institucionalização, no entanto, leva também a problemáticas específicas. Entre elas, está o risco de um “engessamento” de mobilizações de solidariedades primárias, que as organizações complexas dificilmente têm possibilidade de articular. O imediatismo e a maleabilidade, com uma solidariedade e dinamicidade de mobilizações nos momentos de maior necessidade de atuação coletiva, podem vir a ser prejudicadas dentro de uma perspectiva de estruturação complexa. Com um número cada vez maior de representações e sub-representações, ao invés de facilitar a comunicação, corre-se o risco de recriar a imobilidade do exercício burocrático presente nas muitas das instituições estatais.

Observamos, porém, que, apesar dos riscos, o Movimento Indígena vem trilhando um caminho cada vez mais positivo na participação de políticas públicas e captação de recursos para projetos que visem a melhoria das comunidades. Em um fluxo contínuo de ação e reação, de visão e revisão de alianças, demonstram a riqueza de percepção dos povos indígenas, que conseguem se criar e recriar diante das novas oportunidades de inserção no mundo.

## **Referências**

ALBERT, B. *Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira*. In:

RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000**. São Paulo: ISA, 2000. p.197-207.

MATOS, M. H. O. **O Processo de Criação e Consolidação do Movimento Pan-Indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. 357 p. dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

MELUCCI, A. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001. 199 p. ISBN 85-326-2566-5.

OLIVEIRA, João Pacheco. Políticas Indígenas Contemporâneas - régimen tutelar, juegos políticos y estratégias indígenas. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Hacia Una Antropología del Indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación de los indígenas em Brasil**. Rio de Janeiro / Lima: Contra Capa / Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006. p.127-150. ISBN 85-7740-005-0.

\_\_\_\_\_. **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004. 360p. ISBN 8586011800.

OLIVEIRA, Kelly E. **Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME**. 2010. 272 p. tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, E. H. **Notas para uma história Xukuru**. Recife: digitado: 34 p. 1998.